

**Do poder simbólico do patrimônio cultural à carência de uma política
de hospitalidade museal:
um estudo do Museu da Inconfidência**

DOI: 10.2436/20.8070.01.113

Leandro Benedini Brusadin

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, Brasil

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

E-mail: leandro@ufop.edu.br

Resumo: A tentativa de refletir as ações e projetos para o acolhimento do público no Museu da Inconfidência, situado em Ouro Preto (MG), perpassa a sua estrutura administrativa e científica inseridas na lógica desse patrimônio instituído politicamente pelos modernistas para invenção de dadas tradições nacionais. O artigo objetiva apresentar e discutir os desdobramentos das atividades do Museu da Inconfidência de forma interdisciplinar, em uma análise contemporânea fluída com o passado que o concebeu como patrimônio cultural brasileiro. A metodologia utilizada baseia-se na análise documental coletada nos arquivos administrativos da Instituição e em um referencial teórico condizente com os pressupostos interdisciplinares do presente trabalho. Identificaram-se ações controversas neste Museu quanto à comunicação do acervo para a difusão do patrimônio com o público. Conclui-se que, neste caso, os desafios situam-se na inclusão legítima da comunidade de Ouro Preto e na fruição produtiva dos turistas enquanto hóspedes-interpretres. Esta tarefa poderia ser concretizada por meio de uma política de hospitalidade museal vinculada às práticas e representações do patrimônio cultural em sentido histórico e social.

Palavras-chave: Poder Simbólico; Museu da Inconfidência; Patrimônio Cultural; Hóspedes-Intérpretes; Hospitalidade Museal.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os diversos direcionamentos das entidades ligadas ao desenvolvimento da cultura no Brasil, Ouro Preto (MG) foi a primeira cidade considerada patrimônio mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1980. Passou a ser comercializada no circuito turístico como uma das “cidades históricas mineiras”. Entretanto, mesmo antes desse título, foram atribuídos na

cidade vários símbolos e imagens em torno dos quais se construíram discursos que procuravam caracterizar e classificar o chamado acervo nacional brasileiro em uma representação do passado digno de memória. Esse conjunto do patrimônio foi denominado por monumentos civis e religiosos, museus, chafarizes e bens imóveis, sobretudo esculturas e ornamentos religiosos, os quais ainda representam as encenações e os cenários de memórias e histórias que pretendem apresentar as raízes e tradições brasileiras por meio dos elementos barrocos. Banducci e Barretto (2001) situam que o investimento turístico, em Ouro Preto, permitiu a ampliação de trocas em relação aos símbolos e significados em torno de sua construção como cidade – patrimônio.

O acervo preservado, ao ser enunciado como sendo de posse coletiva da nação pelas propagandas turísticas e pelos órgãos oficiais, assumiu o significado de posse coletiva o que o remeteu a um usufruto simbólico. Sendo assim, como símbolo, esse patrimônio permite várias leituras de seu significado: para o poder oficial, representa a história e a memória da nação, e, para os moradores, significa uma memória construída para ser agenciada para o turismo – eles reconhecem a prática preservacionista, porém, muitas vezes, não se julgam alvo dela devido à forma descendente da qual foi inserido em Ouro Preto durante o Governo de Getúlio Vargas.

Bourdieu (2002) afirma que as ideologias devem a sua estrutura devem as suas funções pelos especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc.) e, em segundo lugar, pelos não especialistas. A ideologias são, desse modo, sempre duplamente pré-determinadas, não somente pelos interesses das classes, mas também pelos interesses daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção. Tomamos como premissa teórica para esse trabalho o pensamento de Le Goff (2003, p. 49) quanto salienta que “o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”.

A hospitalidade deve ser inserida neste contexto ao proporcionar os elementos de inclusão e exclusão de um dado do público no patrimônio cultural. A transversalidade das ciências humanas em interface com as ciências sociais aplicadas proporciona aos campos científicos a oportunidade de desenvolvimento das práticas cotidianas no que se refere ao acolher do outro.

A palavra “hospitalidade” vem aqui traduzir, levar adiante, re-produzir as duas palavras que a precederam: “atenção” e “acolhimento”. Uma paráfrase interna, também uma espécie de perífrase, uma série de metonímias expressam a hospitalidade, o rosto, o acolhimento: tensão em direção ao outro, intenção atenta, atenção intencional, *sim* ao outro (DERRIDA, 2004, p. 40).

Em sua análise que denomina como análise “fenomenológica do acolhimento”, Derrida (2004, p. 43) pressupõe que o acolhimento determina o “receber”, a receptividade do receber como relação ética. “Abordar o Outro no discurso é acolher sua expressão em que ele ultrapassa a todo instante a ideia de que se poderia ter dele. É então receber do Outro para além da capacidade do eu (...)”. A hospitalidade é, dessa forma, a razão pela qual é capaz de acolher o ser inesperado na sua impossibilidade e no imprevisto com a palavra do acolhimento a qual carrega consigo sinais de abertura e, ao mesmo tempo, de constrangimento com o outro. Derrida (2003, p. 62) ainda propõe: “digamos, sim, ao recém-chegado antes de qualquer determinação, antes de qualquer identificação, trata-se ele de um estrangeiro ou não, de um migrado, de um convidado ou de um visitante inopinado, animal ou divino, um vivente ou um morto, masculino ou feminino”. Por

outro lado, o próprio autor se questiona como distinguir um hóspede de um parasita: tal indagação se depara, a princípio, com uma diferença estrita entre o hóspede de um parasita, e para tanto, é preciso o direito de se submeter ao acolhimento.

Uma das precursoras a pensar a temática desta maneira, Godoy (2017, p. 263), diz que “embora possa causar estranheza a proposta de se refletir sobre a hospitalidade em museus, partindo do que parece ser seu contraditório – a hostilidade-, tais sentidos podem ser tão imbrincados que se torne mesmo impraticável pensa-los em separado”. A autora ainda comenta que a lógica imediatista da qualificação das instituições museológicas para o turismo gera iniciativas fragmentadas que acabam por minimizar enfrentadas.

Nesse sentido, a tentativa de refletir as ações desenvolvidas no Museu da Inconfidência (MI), situado nessa cidade, antiga Vila Rica, perpassa a sua estrutura administrativa e científica para o acolhimento do público como o outro em uma casa. As práticas do Museu partiram de uma lógica de um patrimônio cultural instituído politicamente pelos modernistas em um passado digno para a nação e supostas tradições de seu povo. Ressalva-se que essa Instituição Museológica não se restringiu às instalações do antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia, ao Panteão e à sua exposição permanente dos séculos XVIII e XIX.

O presente artigo objetiva, desse modo, apresentar e discutir os desdobramentos projetos culturais para acolher o público nessa Instituição em uma análise contemporânea fluída com o passado modernista que concebeu como patrimônio cultural brasileiro. A metodologia utilizada baseia-se na análise documental coletada *in loco* nos arquivos administrativos da Instituição e em um referencial teórico interdisciplinar condizente com os pressupostos do trabalho apresentado no III Seminário Internacional de Memória Social.

2 A INFRAESTRUTURA E AS AÇÕES CULTURAIS DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

A infraestrutura do Museu da Inconfidência divide-se em três anexos com atividades para os campos da pesquisa documental, promoção cultural, restauro e conservação, além da integração com a comunidade e turistas. Na Casa do Pilar, Anexo III, encontram-se a biblioteca, o arquivo histórico e administrativo, os setores de musicologia e pedagógico. No que tange a essa análise, o arquivo administrativo parece ser o único carente de cuidados e catalogação dos seus documentos. No Anexo I, ficam o auditório onde acontecem os eventos e também se localiza a Sala Manoel da Costa Athaíde, na qual se realizam as exposições temporárias. O Anexo II sedia a estrutura administrativa, a reserva técnica e o laboratório de conservação e restauro. Estes dois últimos anexos estão localizados exatamente ao lado do edifício emblemático do MI que foi doado à União. Quanto à exposição permanente do Museu, vale ressaltar que o piso inferior é dedicado à infraestrutura do desenvolvimento econômico, social e político e o superior, à superestrutura da criação artística de Vila Rica, sendo que a museografia de ambos os pisos foi reformulada, em 2006, pelo especialista Pierre Catel.

A pesquisa histórica realizada pela Seção de Preservação, Documentação e Pesquisa é dividido da seguinte forma:

- Pesquisa: Atua na produção e divulgação de conhecimentos relativos ao acervo documental sob a guarda do Museu, em articulação com o Arquivo Histórico. Coordena a edição da revista técnico-científica Oficina do Inconfidência, antes denominada Anuário do Inconfidência.
- Arquivo Histórico: abriga a documentação proveniente dos séculos XVIII, XIX e XX. É

formado por vários documentos de origem cartorária, arquivo familiar do Barão de Camargos, jornais do século XIX e fotografias.

- Musicologia: acervo composto por documentos datados desde o final do século XVII até o início do XX, englobando manuscritos, impressos, obras didáticas de conteúdo sacro e popular. Já foram publicados seis títulos referentes ao patrimônio musical brasileiro.

- Documentação Museológica: Reúne informações relativas ao acervo do Museu, que possui mais de 4 mil objetos, por meio de processamento técnico de registro, inventário e catalogação descritiva.

- Biblioteca: acervo composto por aproximadamente 20 mil volumes que atende a um público de estudantes universitários e pesquisadores.

- Laboratório de Conservação e Restauro: A preservação e a manutenção do acervo em sua integralidade física, por meio uma política de intervenção mínima, cujo objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos dos objetos.

Após a transferência dos documentos para a Casa do Pilar, iniciou-se um trabalho que, por mais precário que tenha sido, em uma fase ainda marcada por grandes dificuldades, obedeceu a critérios científicos. Consciente do suporte de trabalho que poderia representar uma documentação tanto mais rica possível, o Museu da Inconfidência não ficaria limitado aos processos judiciais, partindo para uma política de incorporação de acervos de outras modalidades. A meta era organizar um arquivo que mantivesse como cunho o estudo da cultura regional e fosse, ao mesmo tempo, dotado de moderna infraestrutura de serviços (MOURÃO, 1995).

É importante ressaltar que os documentos que se encontram na Casa do Pilar são fontes de pesquisa para diversos estudiosos brasileiros e estrangeiros. Este pesquisador, ao realizar a pesquisa em seu arquivo administrativo, notou que diversos outros pesquisadores frequentam o local a fim de realizar pesquisa documental. No entanto, ficou evidente também que o arquivo histórico se encontra mais organizado e preservado que o arquivo administrativo da própria Instituição. Verifica-se a necessidade que este arquivo também adquira a concepção de histórico, já que possui documentos importantes com relação à gestão do próprio patrimônio histórico brasileiro.

Outra área profissional do MI é o Setor de Difusão do Acervo e Promoção Cultural, o qual abrange, além da promoção e difusão cultural, as áreas de pedagogia, exposição permanente, reserva técnica, auditório, cineclubes e a Sala Manoel da Costa Athaide, onde são realizadas as exposições temporárias. Esta seção é responsável pelo levantamento estatístico e pelo perfil dos visitantes do Museu, sobre os quais abordaremos em momento posterior. Neste setor é possível encontrar profissionais com diversas formações com o intuito de realizar as funções que lhe são atribuídas a fim de atender aos anseios da prática museológica que são inerentes ao aspecto interdisciplinar do patrimônio cultural. Recorremos a Baczko (1985, p. 313) quando diz que “a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão”.

Em 1979, o diretor do Museu da Inconfidência, Ruy Mourão, frequentou em Bogotá, na Colômbia, um curso patrocinado por um braço regional da UNESCO. Como exercício prático, recebeu a incumbência de fazer um projeto para a atividade de museu – escola no MI. No desejo de facilitar o processo de concepção, o trabalho foi pensado tendo em vista a situação concreta da Instituição. Imaginou-se um esquema, segundo o qual as crianças, conduzidas pelas professoras, estudariam a Instituição de Ouro Preto, fazendo a identificação dos seus principais personagens. De 1993 em diante, o setor educativo do Inconfidência começou uma fase de recuperação, por meio de um convênio

firmado com a representação local do IPHAN e com a prefeitura (Museu da Inconfidência, 1995).

Nesse caminho, a área pedagógica do Museu passou a realizar as seguintes atividades oferecidas à comunidade, buscando aproximar-se dos habitantes de Ouro Preto, mesmo considerando as dificuldades dos ouropretanos não se sentirem parte desse processo devido à forma descendente que este patrimônio foi inserido na cidade:

- Museu Escola: utiliza como temas a cidade de Ouro Preto e o Museu da Inconfidência, procurando despertar na comunidade local novas maneiras de vivenciar tais espaços.
- Ludomuseu: espaço de manuseio de peças da Reserva Técnica do Museu da Inconfidência, permitindo ao público a desmistificação do objeto museológico.
- Inconfidências: visitas orientadas à exposição permanente do Museu da Inconfidência, precedidas por exibição de vídeo institucional.
- Girassol: parceria entre o Museu da Inconfidência e o Serviço Municipal de Saúde Mental de Ouro Preto, que pretende estimular o exercício da cidadania através do convívio social. Esse projeto é destinado aos usuários do Serviço Municipal de Saúde Mental.
- Arqueologia do Afeto: aproveita a habilidade de cada participante no trato com tecidos para a construção de um trabalho coletivo cujas histórias de cada participante se vinculam aos conceitos de patrimônio, memória e identidade.
- Oficinas de Arte: Paralelas às exposições temporárias da Sala Athaíde, o setor educativo oferece oficinas de arte, estabelecidas em parceria com o artista plástico expositor.
- Chá com Causos: tem o formato de museu itinerante e a finalidade de aproximar a Instituição do contexto sócio cultural de Ouro Preto. Dessa forma, a ação de ouvir, valorizar e preservar os saberes e os fazeres de cada comunidade ressalta a importância da história de homens e mulheres, das relações que eles estabelecem entre si, das coisas que produzem e pensam. Esse projeto é destinado aos bairros e distritos de Ouro Preto.

O projeto Chá com Causos, propostos pela área pedagógica do Museu da Inconfidência, tem a finalidade de aproximar a instituição do contexto sócio cultural de Ouro Preto, difundindo e valorizando, de forma lúdica, os conceitos de patrimônio, museu, história, memória, identidade, alteridade e cidadania. De outubro a dezembro de 2007, ações no Pólo Cultural de Glaura [distrito de Ouro Preto] vêm sendo desenvolvidas procurando valorizar a memória como contribuição para o tempo presente. Como disse Dona Etelvina, benzedeira de 96 anos, moradora do distrito: “É tão bom lembrar do tempo em que éramos crianças e subíamos nos pés de jabuticaba para ver quem conseguia pegar as maiores frutas” (Oficina do Inconfidência, 2007, n. 20, p. 6) Viviane Micheline Veloso Danese – Professora coordenadora do Setor Pedagógico.

Outro setor não menos importante para a estrutura museológica é a Reserva Técnica, localizada no Anexo I, o qual esteve meses em obras durante a reformulação. Comporta 66,5%, ou seja, 2.785 objetos do acervo e passou a ser equipada com arquivos deslizantes, trainéis articuláveis, armários embutidos, prateleiras reguláveis, mesas corredeiras e módulos deslizantes, de estrutura confeccionada em chapas de aço rigorosamente tratadas. O trabalho de monitoramento é desenvolvido por uma museóloga em conjunto com restauradores do Laboratório de Conservação e Restauro, objetivando, assim, assistência técnica de alta qualidade. Um dos aspectos mais relevantes é o controle diário de umidade relativa e temperatura. No mesmo Anexo, situa-se o programa de

Exposições Temporárias realizadas na Sala Manoel da Costa Athaíde, os quais se apresentam em duas vertentes distintas: mostra de acervos dos séculos XVII e XIX e as de arte contemporânea.

Alguns outros setores complementam a estrutura dos profissionais do Museu da Inconfidência. O Setor de Segurança e Serviços Gerais limita-se à segurança física de funcionários e de visitantes aos bens patrimoniais. A Seção Administrativa desenvolve atividades referentes à execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e administração de recursos humanos. A Assessoria de comunicação é responsável pelo desenvolvimento de produções jornalísticas necessárias ao Museu e ao seu relacionamento com a imprensa. Após essa breve apresentação das ações dos projetos culturais do Museu da Inconfidência, passamos a análise do seu desenvolvimento sob o viés da Hospitalidade.

3 O ACOLHIMENTO DO PÚBLICO NO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

É nítida a amplitude profissional que o Museu da Inconfidência alcançou nesses últimos tempos. Essa diversidade permite uma estrutura de trabalho especializada no exercício museológico e suas funções administrativas e socioeducativas. O detalhamento das principais equipes permite entender o funcionamento dessa Instituição Museológica e suas relações com as atividades profissionais, como as de historiadores e museólogos. Percebe-se que as atividades do Museu se sobrepõem a estas categorias, identificando alguns outros exercícios profissionais que acabam sendo parte importante da reconstrução do passado e da sua reutilização social contemporânea.

Fora dos limites físicos do MI, destaca-se a Associação dos Amigos do Museu da Inconfidência, identidade de natureza civil. Foi criada em 1991, com a finalidade de possibilitar o levantamento de recursos que complementassem o orçamento da repartição e, atualmente, conta com 180 associados, que contribuem com uma taxa anual de ½ salário mínimo. A empresária Maria José Capanema, sobrinha do ex – ministro Gustavo Capanema, é presidente da Associação dos Amigos do Museu da Inconfidência. Com isso, é possível também perceber a manutenção de laços com as pessoas que lhe deram origem e sua ligação com a elite mineira.

No dia 15 de abril último, foi eleita para presidente da Associação do Museu da Inconfidência, a empresária Maria José Capanema, que vinha ocupando o cargo da vice-presidência. Anna Amélia Gonçalves Faria foi muito homenageada ao se despedir. A nova presidente, proprietária do Liberty Palace Hotel, no bairro Savassi em Belo Horizonte, vai contribuir com a publicidade do Museu ao patrocinar uma atividade em que ocorrerá determinados sábados, um café da manhã em seu hotel, e, em seguida, as pessoas serão transportadas para uma visita guiada no Museu (Isto é Inconfidência, n. 19, 2007, p. 8).

Os boletins informativos “Isto é Inconfidência”, permitem uma visão dos acontecimentos na Instituição e sua relação com a sociedade. “O Museu da Inconfidência ingressou na era da comunicação e procura ampliar, com crescente interesse, o seu diálogo com o público. Isto é Inconfidência é mais uma iniciativa que, nesse sentido, vem se somar. Agora, desejamos mostrar principalmente o cotidiano da repartição e trabalhar para conseguir um grau de coesão cada vez maior dentro do nosso próprio grupo” (No.1, p. 2). Por meio desta publicação, o MI pretendeu divulgar o seu trabalho interdisciplinar que situa desde a pesquisa científica até seus fatos administrativos.

Destaca-se algumas edições desse Boletim que incitam o debate de nossas ideias. O “Isto é Inconfidência” no. 24 (2009, p. 5) teve como tema Museus e Turismo. Foi destaque a Semana Nacional de Museus que optou por discutir a atividade turística em Ouro Preto. Nessa edição, Ruy Mourão diz que após o esquecimento de Ouro Preto, quando a capital foi transferida para Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek abriu as portas ao turismo, corrigindo e asfaltando o acesso rodoviário. É nessa linha que o MI busca acolher a contribuição “sempre enriquecedora”, porque atualizadora, das legiões de visitantes procedentes das mais variadas partes do mundo que, numa “frequência cada vez mais numerosa”, se apresentam para usufruir do convívio com o Museu. “Certas reações restritivas à nova exposição do Museu da Inconfidência são consequências de equivocada compreensão do que seja uma cidade histórica e quais os equipamentos operacionais que a complementam”. O diretor ressalta que essa mentalidade “atrasada” pressupõe que um núcleo urbano dessa natureza deva permanecer estacionado no passado, colocado à margem da evolução do mundo, fora do tempo e do espaço e prescrito pela marcha civilizatória. Ainda enfatiza: “É preciso que se abandone de uma vez por todas, nos museus, as tentativas de se recriar a atmosfera de tempos idos, com apelo à reconstituição de ambientes e cenas, na esperança de que os olhos atuais, que os vão visitar, coincidam em natureza com os que existiram no período histórico que a nossa ingenuidade acredita poder retratar.”

Apesar da importância de a atividade turística ter sido considerada, evidencia-se o fato dessa Instituição não possuir, em seu quadro de funcionários efetivos, um representante da área de Turismo, o qual poderia realizar a tarefa de valorização da interpretação do patrimônio e o estudo do público. Não se pode confundir essa atividade com as tarefas dos guias locais, caracterizados pela falta de solidez de suas informações e pela fugacidade de seus roteiros, muita embora devam ter representatividade na utilização deste patrimônio. A Instituição utilizou um estagiário, em 2010, estudante do Curso de Turismo da UFOP, a fim de que realizasse visitas guiadas espontâneas em sua exposição permanente.

Vê-se a necessidade de abranger a visão do Turismo e da Hospitalidade enquanto disciplinas, não o situando apenas como tarefa de conduzir o público, mas sim, de estudar o público no que tange a frequência de visitação, às suas necessidades de interpretação em relação à exposição desse Museu no que tange as suas práticas de acolher. Diante de diversas tarefas interdisciplinares executadas pelo Museu, salientamos a ausência de diálogo científico com o Turismo, muito embora a Instituição considere a atividade como prática representativa de sua atuação, posto que a arrecadação financeira dos ingressos e as levas de turistas fornecessem legitimidade e soberania ao Inconfidência.

Mesmo considerando que na área de Turismo e Hospitalidade não exista representantes efetivos, a profissionalização dos servidores de outras áreas foi destaque em seus boletins: “Visando especializar técnicos das mais diversas áreas, o Museu da Inconfidência tem enviado os profissionais a cursos de Mestrado, inclusive em outros estados e fora do país” já noticiava o primeiro boletim “Isto é Inconfidência” em 1990 (p. 8). A prova disso é que, em 2005, o boletim (N. 16, P. 8) noticiava: “O Museu receberá três novos técnicos: Museologia, Educação e Biblioteconomia”.

Porém já existia, em 1981, um Curso de Museu / Escola, em Ouro Preto, por meio de um convênio entre a FUNARTE (Fundação Nacional de Artes) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto com o objetivo de “trabalhar com a comunidade ouro-pretana, ao nível escolar, num esforço a mais para a transformação do Museu da Inconfidência num verdadeiro centro de difusão”. Isto indicava que o MI já procurava a profissionalização de seu quadro administrativo nesse período (Unidade Orçamentária,

Folha 1/1). Entretanto, a formação em questão não levava em conta noções de acolhimento do público.

Quando foi aprovado pelo Ministério da Educação o Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, em agosto de 2008, o Museu visualizou a possibilidade de obter mão de obra qualificada local: “Contam-se nos dedos os profissionais que atuam no Estado, quase todos provenientes do Rio de Janeiro, que foi pioneiro, como núcleo de ensino criado por Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional. [...] Aqui se encontra um laboratório natural, onde os alunos poderão ter convivência direta e diária com o assunto que estarão estudando” (Isto é Inconfidência, N.21. 2008, p. 8). Essa relação entre os estudantes de Museologia e de Turismo da UFOP e o Inconfidência deve ser fortalecida ao longo do tempo para variar os ideais museológicos que compõem a concepção do Museu.

Com relação à produção científica no campo da História, destaca-se a publicação *Oficina do Inconfidência*, antes denominada, *Anuário do Inconfidência*, a qual se propõe a publicar pesquisas sobre o acervo do Museu e demais pesquisas que norteiam os estudos das Minas nos séculos XVIII e XIX. Foram lançadas edições nos anos de 1952, 1953, 1954, 1955-1957. Posteriormente, as edições foram interrompidas durante 21 anos, período em que os recursos financeiros foram escassos, e a publicação foi retomada em 1978, sendo lançada novamente em 1979, 1984, 1990 e 1993. A partir de 1999, foi intitulada *Oficina do Inconfidência* e publicada nos anos de 2001, 2003, 2004 e 2007. O “*Oficina do Inconfidência – Revista de Trabalho* pretende ser um espaço de polarização, na medida em que se dispõe a veicular produção cultural nos campos da museologia, musicologia, patrimônio, restauração, arte brasileira tradicional, história, sociologia e antropologia de Minas Gerais” (*Oficina do Inconfidência*, N.0, 1999, P. 13).

“*Reflexões em torno do Museu*”. Essa foi a manchete do *Jornal Estado de Minas*, de 13 de abril de 2000 (p. 6), que situava o lançamento da revista “*Oficina do Inconfidência*” no Centro de Cultura de Belo Horizonte. Ao analisar os artigos publicados na Revista, verifica-se uma maior preocupação com os estudos da documentação de ordem religiosa e política em Ouro Preto, já que ambos os fatores delimitaram a existência contemporânea do próprio Museu. A apresentação da revista, desde que fora retomada em 1978, foi realizada por Ruy Mourão: “O debate cultural verdadeiro e o convívio com a matéria escrita, a um tempo prazeroso e estimulador do desenvolvimento das potencialidades de quem a utiliza, não podem dispensar o volume impresso” (*Oficina do Inconfidência*, 2001, N.1, p 12).

Na edição de 1990, a publicação dessa revista científica foi comemorativa ao bicentenário da Inconfidência Mineira: “Este número do *Anuário* é comemorativo do bicentenário da Inconfidência Mineira, movimento da conspiração política que em 1798 sonhou com a independência brasileira” (p.7), diz Ruy Mourão. Nesta direção, a continuação da celebração da memória nacional construída por Vargas e seus correligionários continuava sendo rememorada para justificar a existência dos mitos e do próprio patrimônio cultural que havia sido instituído ali.

O mesmo fato ocorre na edição de 1993, a qual homenageia Tiradentes e o conduz à “realidade”:

Entre as iniciativas tomadas pelo Museu da Inconfidência para homenagear Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, no momento em que transcorrem os duzentos anos de sua execução, figurou com destaque o seminário “*Tiradentes: Mito, Cultura, História*” [...] o pesquisador consciente sabe que nesta área tudo tem ainda por ser feito. Além de se ater em demasia a uma visão tradicionalmente consagrada

desse fato político do século XVIII em Minas Gerais, as matérias divulgadas, quando não dão sentido meramente apologético, não passam de exaustivas retomadas das informações contidas nos Autos da Devassa, documento cuja validade comprobatória, hoje muito discutida, vai sendo reduzida à luz de uma argumentação mais realista. (Mourão In Anuário do Inconfidência, 1993, p. 7)

Por todo esse quadro, a Instituição possui um importante papel no campo museológico e faz uma interlocução com a pesquisa científica, principalmente, em relação aos temas que lhe foram direcionados desde a sua origem, ou seja, a Minas Colonial e a sua contribuição com a brasilidade. A revista *Oficina do Inconfidência* e o *Boletim Informativo Isto é Inconfidência* são as formas mais palpáveis desse trabalho e publicam informações relevantes do seu arquivo histórico. Além do mais, as suas outras áreas, tais como a Reserva Técnica, a Biblioteca, o Laboratório de Conservação e Restauro nos fazem dizer que essa Instituição Museológica “não se limita” à contemplação e / ou ao conhecimento histórico de suas exposições. Podemos entendê-la como um centro de pesquisas e de produção de conhecimento que não são inerentes à maioria dos órgãos da mesma natureza no Brasil. A interdisciplinaridade entre o campo da Museologia e da História é bastante trabalhada à medida que a Instituição reproduz o conhecimento, mesmo que este venha para representar e legitimar as condições históricas pelas quais o MI fora concebido. Resta, ainda, interface com elementos do Turismo e da Hospitalidade para além do cálculo quantitativo que o MI realiza do seu público.

Ademais, José Newton C. Meneses (2004) considera que o museu histórico deve e pode ser um instrumento para uma construção histórica. Mas, História não é apenas memória. É, mais categoricamente, a problematização da memória, a interpretação das transformações culturais de uma sociedade. Se o museu quer ser histórico, então, ele não pode apenas ser evocativo e celebrativo de uma memória. Desta forma, o Museu da Inconfidência deveria motivar também novos olhares interpretativos da própria História que o concebeu, pois a comunidade local fica a margem desse processo ao privilegiar os aspectos de uma suposta história nacional. Isso fez com que tal população não se sentisse reconhecida na Instituição em uma prática excludente e hostil.

As demais equipes de trabalho, formadas pelo setor de segurança, assessoria de comunicação, secretarias e demais funções administrativas conferem a essa Instituição Museológica um caráter de funcionamento que procura atender as exigências do tempo presente ao tentar se comunicar com o público. Nestas condições, o funcionamento do MI depende de variadas funções profissionais que estão na direção de um processo logístico que, muitas vezes, estão mais relacionadas à esfera privada do que à pública no Brasil. É fato que o Inconfidência conseguiu estabelecer um diálogo com o presente por meio da distribuição profissional em que está inserido hoje. No entanto, é preciso questionar como isto fora realizado. Na perspectiva histórica do Museu foi visto que houve muita variação em seu quadro de profissionais. No entanto, algo parece que trazia o MI à tona: o grande público que sempre fora movido pelos mitos construídos por uma cultura política e legitimados na exposição permanente. Para esse público, ainda precisa ser construído um olhar mais profissionalizado e científico no que tange ao trato com o mesmo.

Mesmo ressaltando a importância do Setor de Preservação, Documentação e Pesquisa, as exposições permanente e temporária do MI são o substrato que atinge o seu grande público. Esta área, trabalhada pelo Setor Pedagógico e pelo Setor de Difusão e Promoção Cultural, não é menos complexa do que o ofício dos demais setores. Aliás, esse público não é somente delimitado pelo seu padrão intelectual, mas sim, pela tendência contemporânea do turismo cultural. Neste sentido, torna-se evidente que, ao analisar os

campos discutidos aqui, temos que compreender esta dinâmica de visitação no Museu, procurando verificar o diálogo com o Turismo.

Rodrigo Melo Franco de Andrade (2005), na inauguração do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, enfatizou que sua criação assinalava o início de uma orientação nova e de relevante significação, adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Rodrigo ainda ressaltou que os despojos dos inconfidentes, heroicamente repatriados, repousariam para sempre no recinto do Museu, num mausoléu simples e severo que o governo da república entregara à contemplação cívica para todos os brasileiros desde 21 de abril de 1942, quando transcorriam 150 anos da data do suplício de Tiradentes.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os objetivos de Rodrigo foram atingidos e ainda ganharam forte impulso com o desenvolvimento do turismo enquanto prática de lazer e de negócios na contemporaneidade. Essa tradição inventada no Governo de Getúlio Vargas e incorporada pelos intelectuais do patrimônio atenderia os anseios desse público que legitimou o MI ao longo dos seus anos. No entanto, essa mesma postura gerou a controvérsia de não incluir a população de Ouro Preto neste patrimônio cultural por ter sido uma imposição da elite política e intelectual daquele período da história do Brasil e que, por vezes, ainda persevera.

Factualmente compreendemos que as relações entre dádiva e hospitalidade se estabelecem nas relações de troca humana entre anfitrião e hóspede, pois quando há uma troca, um algo além, a pessoa com quem se travou um contato deixa sua marca de alguma forma em parte da memória, conclui Pimentel *et al* (2007). Em se tratando disso, sob a lógica da dádiva, Gotman (2009, p. 19) garante que o mais importante é ocorrer alteração positiva tanto na lógica do anfitrião quanto na perspectiva do turista. “Em matéria de turismo, as boas práticas podem realizar a reciprocidade da dádiva, das quais a hospitalidade é o coração”. Baptista (2015, p. 201) assevera que a “hospitalidade funciona como ideia reguladora de dinâmicas sociais iluminadas pelo sentido da dádiva que advém das experiências de alteridade”.

Nesse sentido, é importante dizer que, em 1975, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, desenvolvido juntamente com numerosas atividades que procuravam ampliar as preocupações do órgão federal para além dos cuidados com as edificações, pretendia criar linhas de crédito especiais para o restauro de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, conceder incentivos tributários e formar mão-de-obra especializada em restauro, além de outras medidas. Implementado o Programa, obteve alguns resultados, como a adaptação de antigas residências para hospedagem fornecendo uma releitura do processo histórico voltado para atividade turística. No entanto, a perspectivas de tais programas se voltaram para um índice quantitativo de visitação turística que gera, por vezes, um processo hostil em sua recepção, pois as relações de troca não são pensadas qualitativa por meio das relações entre um dado público e as instituições que o acolhem.

Na história modernista do Museu da Inconfidência, o tempo é eternizado e repetitivo, assim como são as narrativas construídas pela sua própria exposição a qual não considera aspectos locais, tais como, a história das minorias e de desfavorecidos do processo de colonização. Tal qual ocorreu com o ideário e com a experiência de preservação de patrimônio, também o modelo desta Instituição, concebido e materializado na conjuntura autoritária da Era Vargas, sobreviveu a regimes políticos que lhe sucederam nas décadas seguintes, configurando uma herança ideológica e institucional que ainda resiste no país. Este culto também serviu para outras formas políticas posteriores no Brasil a medida que passou a fazer parte do ideal nacional

pertencente ao imaginário social dos brasileiros. Afinal, o próprio IPHAN atestou a existência dessa civilização identificada como geradora da brasilidade.

No entanto, lembramos que as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (BRUSADIN, 2018).

Assim sendo, nem a reformulação do Museu da Inconfidência, em 2006, ousaria alterar a sua proposta inicial. Assim, o Panteão dos Inconfidentes foi o único local intocável da exposição museológica. Alterar isso, seria destruir as razões pelas quais o Museu da Inconfidência existia, suas tradições inventadas e o seu poder simbólico de maior envergadura. No entanto, pressupomos que no processo de reconstrução histórica tratado aqui, o Museu da Inconfidência poderia incluir em sua exposição elementos interpretativos que deram origem aos seus mitos, problematizando o seu próprio fazer histórico. Estamos certos de que, mais do que seus símbolos, é o imaginário do público que sempre dera relevada importância a esse patrimônio. No entanto, o público de turistas somente parece ser válido na perspectiva quantitativa e, por vezes, não é bem compreendido pela instituição diante de um comportamento que não é compatível com suas regras. Em outra direção, a comunidade é alvo de ações inclusivas, porém, não atinge patamares desejáveis de visitação.

Portanto, a exposição dos elementos norteadores da criação da Instituição poderia garantir a sua existência não somente pelo conteúdo simbólico que lhe fora incorporado pela sociedade brasileira, mas também pelo poder de reflexão histórica de si mesmo. Dessa forma, é significativa que essa Instituição Museológica forneça ao público uma releitura da História de si próprio e de sua edificação. Acredita-se que essa atitude colocaria à tona um debate mais assíduo da construção dessa historicidade e auxiliaria no processo de acolhimento do seu público.

Considera-se que o Museu da Inconfidência como um lugar de memória que não se dissocia de sua produção histórica. Apesar disso, o que se verificou, foi algo inerente a diversas instituições de pesquisa: a distância entre a produção do conhecimento e um público mais amplo, sejam esses oriundos da comunidade sejam turistas e excursionistas que visitam Ouro Preto, pois muitas trocas poderiam ser realizadas por meio da construção de uma política de hospitalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Museu da Inconfidência pressupomos que ferramentas educativas e interpretativas também poderiam ser aplicadas aos visitantes mais diversos, pois são eles que fornecem a amplitude dos seus índices de visitação e o seu poder simbólico. Para tanto, a figura do turista seria substituída para a de hóspede-intérprete, configurando uma nova denominação para a atividade turística nos museus e sua reutilização do patrimônio cultural pelo Turismo no viés da Hospitalidade. Não podemos restringir o poder desse público aos seus pressupostos financeiros e aos seus índices quantitativos. É preciso extrair benefícios sociais e culturais mais proveitosos do que uma visita fugaz que atende apenas aos desejos de consumo. Nesse caso, além de um processo de humanização das viagens, cabe às instituições museológicas repensar as formas de apropriação desse público que, muitas vezes, legitima os museus pelo seu índice de visitação em aspecto quantitativos e não transforma suas ações em experiências de hospitalidade. Um desafio que se coloca a essa e a outras instituições museológicas é encontrar ferramentas de

aprendizagem para atingir os turistas, posto que esse público não deve ficar à margem de uma educação cidadã inerente aos atuais trabalhos da Museologia.

Em outra direção, mas com objetivos similares, situamos o trabalho do Setor Pedagógico do Museu da Inconfidência, o qual possui alguns projetos de educação patrimonial para a comunidade, muito atuante e decisivo nesse processo complexo de inserção dos ouropretanos no interior da Instituição, pois não podemos nos esquecer da ausência de um processo participativo na inserção deste patrimônio na cidade. Como situado anteriormente, os agentes políticos e os intelectuais do SPHAN pensaram esse monumento a sua maneira e para servir os seus próprios interesses. Nos dias que correm, o Museu da Inconfidência é oportuna a reformulação das práticas de visitação para a comunidade a fim de configurar uma Instituição de caráter aberto e acolhedor, pois é preciso que a mesma se identifique com a Instituição que deve se colocar no papel de anfitriã cultural para os públicos mais diversos que compõe a população brasileira.

No caso brasileiro, Malhano (2002, p. 17) diz que o reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão supõe a continuidade de uma representação da História, tanto por monumentos quanto por ideias e acontecimentos. Composto de monumentos e de obras de arte, o patrimônio encontra seus limites e é determinado em função de critérios históricos e estéticos. A autora conclui que “o fim do Estado Novo não afetou a política federal de preservação, que manteve o mesmo dirigente e a mesma orientação até o final da década de 1960”. Maria Cecília Fonseca (1999) entende que, no continente latino-americano, o Brasil foi pioneiro na institucionalização da proteção dos bens culturais, vinculada ao grupo de intelectuais nos anos de 1930 e apoiada, no governo federal, pelo ministro Gustavo Capanema. Apesar disso, essa construção não foi constituída pelas classes tidas como não cultas da sociedade. Somente ao longo do tempo, percebeu-se o fator imperativo da ampliação da noção de patrimônio cultural e da maior participação da sociedade nos pedidos de tombamento e de ampliação dessa prática a um público mais vasto condizentes aos fatores socioculturais locais. Como diz Ulpiano Meneses (1996, p. 89). “Vê-se, pois que, antes que refinamento e sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade”.

Inserir-se, neste retrospecto, o ensinamento do Derrida (2004) quando diz que a hospitalidade precede a propriedade, tendo em vista que o hóspede acolhedor que se crê proprietário dos lugares é, na verdade, um hóspede na sua própria casa, sob a égide de um tratado incondicional e paradoxal da lei da hospitalidade. Em sua análise que denomina como análise “fenomenológica do acolhimento”, Derrida (2004, p. 43) pressupõe que o acolhimento determina o “receber”, a receptividade do receber como relação ética. “Abordar o Outro no discurso é acolher sua expressão em que ele ultrapassa a todo instante a ideia de que se poderia ter dele. É então receber do Outro para além da capacidade do eu (...)”.

Godoy (2017, p. 278) assevera que os museus devem se tornar espaços de hospitalidade, já que são constituídos pelo público e sem ele perderia suas funções letais.

Logo, os museus não deveriam qualificar-se para o turismo para atenderem um dever, contingência moderna ou contemporânea, mas para a prática efetiva de responsabilidade ética e de ética da responsabilidade. Em que pesem todas as controvérsias que disso decorrem, ainda assim os museus devem aprender a ser espaços de hospitalidade.

Portanto, o desenvolvimento de uma instituição museológica perpassa as práticas de educação do patrimônio, ferramentas tecnológicas, a ampliação da conservação do

acervo, a pesquisa histórica e museológica em ações conjuntas com o público. Os desafios a serem superados concernem no envolvimento das comunidades locais e na preparação para fruição dos turistas em vias das relações críticas de aprendizagem. Os agentes culturais devem pensar na construção de uma política de hospitalidade museal a qual dimensione constantemente as práticas de acolhimento e hostilidade das relações sociais neste espaço.

FONTES

Anuário do Museu da Inconfidência. Ministério da Educação e da Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1952, 1953, 1954, 1955-1957, 1978, 1979, 1984, 1990, 1993. Biblioteca – Casa do Pilar.

Estado de Minas, Belo Horizonte (MG), 1º./07/1977, 17/07/1977, 29/01/1982, 12/08/1994, 13/4/2000.

Isto é Inconfidência. Boletins Informativos. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, No.1, No. 4, No. 11, No. 16, No. 18, No. 19, No. 20, No. 21, No. 22, No. 23, No. 24, No. 26. Arquivo da Secretaria.

MOURÃO, Rui. A nova realidade do Museu. Ouro Preto: MINC-IPHAN, Museu da Inconfidência, 1994.

O Museu da Inconfidência. São Paulo: Banco Safra, 1995. Vários Colaboradores.

Oficina do Inconfidência. Revista de Trabalho. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, 2001, 2003, 2004, 2007. ISSN: 1517-6029. Biblioteca – Casa do Pilar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Na inauguração do Museu da Inconfidência. In: CHAGAS, Mario (Org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. No. 31. 2005.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, p. 296 -378.

BANDUCCI Jr, Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001.

BAPTISTA, Isabel. Lugares de Hospitalidade. In: DIAS, Celia Maria de Moraes (org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**: São Paulo: Manole, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **A dinâmica do Museu da Inconfidência em Ouro**

Preto (MG). 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista de Franca, 2018.

_____. **O Poder Simbólico do Patrimônio no Turismo:** a “memória-imaginário” da Inconfidência Mineira sob o âmbito da História Cultural. *Patrimônio e memória*, São Paulo, Unesp, v. 14, n.1, p. 202-221, jan-jun. 2018.

CHAGAS, Mario (Org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. Na inauguração do Museu da Inconfidência. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, 2005.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Da hospitalidade**. Tradução Fernanda Bernardo. Viseu: Palimage, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. Tradução Fabio Landa com a colaboração de Eva Landa. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24 1996.

GODOY, Karla Estelita. *Museus hostis, turistas hostilis: controvérsias e caminhos da hospitalidade em instituições museológicas sob uma abordagem derridariana*. In: BRUSADIN, Leandro Benedini. **Hospitalidade e Dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

GOTMAN, Anne. O comércio da hospitalidade é possível? Tradução Luiz Octávio de Lima Camargo. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VI, n. 2, p. 3-27, jun-dez. 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5ª. Edição. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920 – 1945**. Rio de Janeiro: Lucerna – FAPERJ, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YASIGI, Eduardo (org.). **Turismo, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENESES, José Newton Coelho. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIMENTEL, Ana Bauberger; BARBOSA, Ruth Machado; SAN SOLO, Davis Gruber; IRVING, Marta de Azevedo. Dádiva e hospitalidade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n.3, 2007. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/206/162>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

The symbolic power of cultural heritage to the lack of a museal hospitality policy: a study about the Inconfidência's Museum

Abstract: *The attempt to reflect the actions and projects for the accommodation of the public at the Museum of the Inconfidência, situated in Ouro Preto (MG), pervades your administrative structure and the logic of this scientific patrimony established politically by modernists for invention of given national traditions. The article aims to present and discuss the developments of the activities of the Inconfidência Museum of interdisciplinary way, in a contemporary analysis streamed with the past that the conceived as Brazilian cultural heritage. The methodology used is based on the analysis of documents collected in administrative files of the institution and a theoretical framework consistent with the assumptions of this interdisciplinary work. Controversial actions have been identified in this museum about the communication of the collection and dissemination of heritage to the public. It is concluded that, in this case, the challenges are legitimate inclusion of the community of Ouro Preto and in productive fruition of tourists as guests-interpreters. This task could be carried out by means of a museal hospitality policy linked to practices and representations of the cultural heritage in historical and social sense*

Keywords: *Symbolic Power; Museu da Inconfidência; Cultural Heritage; Guests-Interpreters; Museal Hospitality.*

Artigo recebido em 03/06/2018. Aceito para publicação em 06/02/2019.